



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO XXX PALMAS, SEXTA-FEIRA, 3 DE SETEMBRO DE 2021.

Nº 3213



MESA DIRETORA

Presidente: Dep. Antonio Andrade (PTB)

1º Vice-Presidente: Cleiton Cardoso (PTC)

2º Vice-Presidente: Léo Barbosa (SD)

1º Secretário: Dep. Jair Farias (MDB)

2º Secretário: Dep. Valdemar Júnior (MDB)

3º Secretário: Dep. Vanda Monteiro (PSL)

4º Secretário: Dep. Amália Santana (PT)

Palácio Deputado João D'Abreu - Praça dos Girassóis, s/n - Palmas-TO

Comissões Permanentes

Local das Reuniões: Plenarinho

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Reuniões às terças-feiras, às 14 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Cleiton Cardoso – PTC
Claudia Lelis – PV - **Vice-Pres.**
Jorge Frederico – MDB
Ricardo Ayres – PSB - **Presidente**
Prof. Júnior Geo – PROS

MEMBROS SUPLENTE:

Olyntho Neto - PSDB
Amália Santana – PT
Elenil da Penha - MDB
Fabion Gomes - PR
Vilmar de Oliveira - SD

COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Reuniões às quartas-feiras, às 14 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Olyntho Neto - PSDB - **Presidente**
Issam Saado – PV - **Vice-Pres.**
Elenil da Penha - MDB
Eduardo do Dertins - Cidadania
Amélio Cayres – SD

MEMBROS SUPLENTE:

Valderez Castelo Branco - PP
Zé Roberto Lula - PT
Nilton Franco - MDB
Ivory de Lira – PCdoB
Léo Barbosa - SD

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA

Reuniões às , às horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Olyntho Neto - PSDB
Zé Roberto Lula - PT
Eduardo Siqueira Campos - DEM
Fabion Gomes – PR
Amélio Cayres – SD

MEMBROS SUPLENTE:

Cleiton Cardoso - PTC
Issam Saado - PV
Elenil da Penha - MDB
Ricardo Ayres - PSB
Prof. Júnior Geo – PROS

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E SERVIÇO PÚBLICO

Reuniões às quartas-feiras, às 14h30.

MEMBROS EFETIVOS:

Valderez Castelo Branco - PP - **Presidente**
Zé Roberto Lula - PT
Jorge Frederico – MDB
Fabion Gomes – PR
Vanda Monteiro – PSL - **Vice-Pres.**

MEMBROS SUPLENTE:

Olyntho Neto - PSDB
Issam Saado - PV
Eduardo Siqueira Campos - DEM
Ricardo Ayres - PSB
Vilmar de Oliveira – SD

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Reuniões às terças-feiras, às 8 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Olyntho Neto - PSDB
Issam Saado – PV
Jorge Frederico – MDB
Ricardo Ayres - PSB
Léo Barbosa – SD

MEMBROS SUPLENTE:

Valderez Castelo Branco - PP
Amália Santana - PT
Elenil da Penha - MDB
Fabion Gomes – PR
Prof. Júnior Geo – PROS

COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Reuniões às , às horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Cleiton Cardoso - PTC
Amália Santana – PT
Nilton Franco – MDB
Ricardo Ayres - PSB
Vanda Monteiro - PSL

MEMBROS SUPLENTE:

Valderez Castelo Branco - PP
Zé Roberto Lula - PT
Eduardo Siqueira Campos - DEM
Ivory de Lira – PCdoB
Léo Barbosa – SD

COMISSÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Reuniões às quartas-feiras, às 8h30.

MEMBROS EFETIVOS:

Valderez Castelo Branco - PP - **Presidente**
Issam Saado – PV
Eduardo Siqueira Campos – DEM
Ivory de Lira - PCdoB - **Vice-Pres.**
Vilmar de Oliveira – SD

MEMBROS SUPLENTE:

Olyntho Neto - PSDB
Zé Roberto Lula - PT
Elenil da Penha - MDB
Eduardo do Dertins - Cidadania
Vanda Monteiro – PSL

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões às , às horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Luana Ribeiro – PSDB
Claudia Lelis – PV
Nilton Franco – MDB
Ivory de Lira - PCdoB
Prof. Júnior Geo - PROS

MEMBROS SUPLENTE:

Olyntho Neto - PSDB
Amália Santana - PT
Jorge Frederico - MDB
Ricardo Ayres - PSB
Léo Barbosa - SD

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

Reuniões às , às horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Luana Ribeiro – PSDB
Zé Roberto Lula - PT
Eduardo Siqueira Campos - DEM
Fabion Gomes – PR
Léo Barbosa – SD

MEMBROS SUPLENTE:

Olyntho Neto - PSDB
Claudia Lelis - PV
Jorge Frederico - MDB
Eduardo do Dertins - Cidadania
Amélio Cayres – SD

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

Reuniões às , às horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Luana Ribeiro – PSDB
Amália Santana - PT
Elenil da Penha - MDB
Eduardo do Dertins – Cidadania
Vanda Monteiro – PSL

MEMBROS SUPLENTE:

Valderez Castelo Branco - PP
Claudia Lelis – PV
Eduardo Siqueira Campos - DEM
Fabion Gomes - PR
Prof. Júnior Geo - PROS

COMISSÃO DE MINAS, ENERGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO

Reuniões às terças-feiras, às 10 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Cleiton Cardoso - PTC
Claudia Lelis – PV
Jorge Frederico - MDB
Eduardo do Dertins – Cidadania
Vilmar de Oliveira - SD

MEMBROS SUPLENTE:

Olyntho Neto - PSDB
Issam Saado - PV
Nilton Franco - MDB
Ivory de Lira - PCdoB
Léo Barbosa – SD

COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Reuniões às às horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Valderez Castelo Branco - PP
Zé Roberto Lula - PT
Elenil da Penha - MDB
Ivory de Lira - PCdoB
Vilmar de Oliveira - SD

MEMBROS SUPLENTE:

Luana Ribeiro – PSDB
Amália Santana - PT
Nilton Franco - MDB
Eduardo do Dertins - Cidadania
Amélio Cayres - SD

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

Responsável: Diretoria de Área Legislativa
Publicado pela Coordenadoria de Publicações Oficiais da Diretoria de Documentação e Informação
Palácio Dep. João D'Abreu, Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO
CEP 77003-905

Atos Legislativos

PROJETO DE LEI Nº 499/2021

Institui nas escolas da rede estadual de ensino o programa “Estudante Frequente”, com intuito de combater a evasão escolar e resguardar a integridade dos alunos.

A **Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins** decreta:

Art. 1º Institui-se o Programa “Estudante Frequente” nas escolas da rede estadual de ensino do Estado do Tocantins.

Art. 2º São objetivos do Programa:

I - combater a evasão escolar;

II - garantir a integridade dos alunos;

III - criar uma relação de cooperação entre a equipe escolar e os pais ou responsáveis dos estudantes.

Art. 3º Constatada a ausência injustificada do aluno na sala de aula, a família deverá ser contatada e informada imediatamente pela escola sobre o fato, visando à adoção de medidas que possam garantir a segurança e a integridade física do aluno.

Parágrafo único. Para os fins de aplicação desta lei, entende-se por ausência injustificada a falta de estudantes sem apresentação de qualquer documento que elenque motivo de doença, viagem ou compromisso que impossibilite a sua presença em sala de aula.

Art. 4º Para a consecução dos fins desta Lei, deverá ocorrer:

I - a notificação imediata aos pais ou responsáveis da ausência do aluno na sala de aula durante o período escolar diário, na forma de:

a) Mensagem de texto (SMS);

b) Mensagem via aplicativo de comunicação para dispositivos móveis,

c) Correio eletrônico; ou

d) Qualquer outra forma de comunicação instantânea;

II - o cadastro dos dados para contato de pais ou responsáveis na secretaria do estabelecimento de ensino no qual o aluno está matriculado como condição necessária;

III - a notificação prévia aos alunos da vigência desta norma e dos procedimentos posteriores à implementação do Programa no estabelecimento;

IV - a comunicação aos discentes da implementação e funcionamento sobre a implementação do Programa;

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei correrão por dotações orçamentárias próprias, consignadas se necessárias.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor 90 dias após a data de sua publicação.

Justificativa

A instituição do Programa mostra-se como um braço relevante no combate à evasão escolar e no resguardar da integridade dos alunos da rede estadual de ensino.

De acordo com o IBGE, em 2018, cerca 1,1 milhão de adolescentes entre 15 e 17 anos estavam fora da escola em 2018 - o equivalente a cerca de 12% - quando, na outra faixa escolar, no

ensino fundamental, a evasão é extremamente menor. Justamente, as escolas que estão sob a competência do Estado são as que apresentam os maiores índices. Com estes dados, percebe-se que o tema merece os maiores esforços por parte do Legislativo.

Através deste Programa, quando um estudante não se apresentar na escola, ficará secretaria da escola encarregada de enviar uma notificação (via qualquer meio que se consiga um contato efetivo com pais ou responsáveis, assim como está enunciado no inciso I do artigo 4º aos pais ou responsáveis comunicando o ocorrido. Esta prática é importante por alguns motivos:

I - os pais ou responsáveis possuírem ciência de que a escola está controlando a presença do aluno;

II - se o aluno saiu de casa e apresentou falta, os responsáveis podem entrar em contato com o aluno para adquirir ciência da localização e integridade deste;

III - se, com a notificação da escola, a tentativa de contato com o aluno fracassar, os responsáveis poderão entrar em contato com as autoridades para saber de seu paradeiro - quanto antes as autoridades entrarem ação, maiores as chances de se evitar casos de sequestro, morte, abuso sexual e violência contra os vulneráveis;

Vistos estes pontos e compreendida a relevância social em combater a evasão escolar através do Programa “Estudante Frequente”, certo em poder contar com o apoio dos Pares desta Casa para a aprovação deste Projeto nas Comissões e em Plenário.

Diante de todo o exposto, considerando a extrema relevância do presente Projeto de Lei, peço a colaboração dos nobres pares para a sua aprovação.

Palmas-TO, 24 de agosto de 2021

CLEITON CARDOSO

Deputado Estadual

PROJETO DE LEI Nº 502/2021

Declara de Utilidade Pública Estadual o NQMTO- Núcleo do Cavalo Quarto de Milha do Tocantins localizada no município de Palmas/TO.

A **Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins** decreta:

Art. 1º É declarada de Utilidade Pública o NQMTO- Núcleo do Cavalo Quarto de Milha do Tocantins, localizado no município de Palmas/TO.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

O NQMTO- Núcleo do Cavalo Quarto de Milha do Tocantins com sede provisória na Chácara nº 113, Jaú, 2ª Etapa, Zona Rural de Palmas/TO, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ- sob o nº 40.158.390-0001-47, é uma associação sem fins lucrativos, que tem como finalidade desenvolver a criação e o cavalo Quarto de Milha.

Nos termos do seu estatuto, o NQMTO para consecução do seu objetivo promoverá o fomento de sua criação e constante melhoramento, divulgação da história, criação e qualidade da raça, colaboração com os poderes públicos na solução de todos os problemas que se relacionam com o objetivo social do estatuto da associação, entrosamento com entidades congêneres que visem o mesmo objetivo, bem como a regulamentação e fisca-

lização de todos assuntos pertinentes à raça Quarto de Milha, tais como: competição esportiva, leilões e publicidades dentro do Estado do Tocantins.

Ademais, encontrando-se com seu estatuto devidamente aprovado por seus membros e toda documentação em conformidade com a relação de documentos expedida pela Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, de acordo com a Lei 287, de 23 de setembro de 1991.

Sendo assim, pela magnitude social relativa às atividades desenvolvidas pela referida associação, solicito aos nobres pares a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 2021.

OLYNTHO NETO

Deputado Estadual

Atas das Sessões Plenárias

9ª Legislatura, 3ª Sessão Legislativa

24 de fevereiro de 2021

Ata da Décima Primeira Sessão Ordinária

Às quinze horas do dia vinte e quatro do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, que, por falta de quórum, em Plenário, deixou de abrir a Sessão, transferindo a Ordem do Dia para a Sessão subsequente, e convocou Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Estavam presentes os Senhores Deputados Elenil da Penha, Issam Saado, Jorge Frederico, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Ricardo Ayres, Valdemar Júnior, Zé Roberto Lula e as Senhoras Deputadas Amália Santana, Claudia Lelis, Valderez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

9ª Legislatura, 3ª Sessão Legislativa

2 de março de 2021

Ata da Décima Segunda Sessão Ordinária

Às nove horas do dia dois do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pela Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, Primeira-Secretária e pelo Senhor Deputado Ivory de Lira, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocaninense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Issam Saado, Ivory de Lira, Jair Farias, Jorge Frederico, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Ricardo Ayres, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Claudia Lelis, Luana Ribeiro, Valderez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Estavam ausentes os Senhores Deputados Eduardo Siqueira Campos, Léo Barbosa e Nilton Franco. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, com aquiescência do Plenário transferiu a deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Em seguida, foram lidos e despachados os Expe-

dientes: Mensagem número 15/2021, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Emenda Modificativa à Medida Provisória número 1/2021, modificativa da Lei número 3.541, de 8 de março de 2019, que dispõe sobre a organização da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual; Ofício oriundo da Prefeitura Municipal de Gurupi, solicitando a decretação de Estado de Calamidade Pública no referido município; Ofício oriundo da Prefeitura Municipal de Ipueiras, solicitando a prorrogação da decretação de Estado de Calamidade Pública no referido município; Ofício oriundo da Prefeitura Municipal de Sítio Novo, solicitando a prorrogação da decretação de Estado de Calamidade Pública no referido município; e Ofício oriundo da Prefeitura Municipal de Guaraí, solicitando a decretação de Estado de Calamidade Pública no referido município. Logo após, assumiu a Primeira-Secretaria o Senhor Deputado Jair Farias. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Requerimentos que receberam os números 472 a 486. Em seguida, o Senhor Presidente por falta de quórum, em Plenário, transferiu a deliberação das urgências das Matérias apresentadas nesta Sessão para a Sessão subsequente. No horário destinado às Comunicações, usaram a tribuna os Senhores Deputados Zé Roberto Lula, Professor Júnior Geo e Valdemar Júnior. Na Ordem do Dia, o Senhor Presidente, por falta de quórum transferiu sua deliberação para a Sessão subsequente. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às onze horas e dois minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

9ª Legislatura, 3ª Sessão Legislativa

17 de março de 2021

Ata da Vigésima Primeira Sessão Ordinária

Às nove horas do dia dezessete do mês de março do ano de dois mil e vinte, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, que, por falta de quórum, em Plenário, deixou de abrir a Sessão, transferindo a Ordem do Dia para a Sessão subsequente, e convocou Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Estavam presentes os Senhores Deputados Amélio Cayres, Elenil da Penha, Issam Saado, Jair Farias, Jorge Frederico, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Ricardo Ayres, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e as Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Ribeiro, Valderez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

9ª Legislatura, 3ª Sessão Legislativa

17 de março de 2021

Ata da Vigésima Segunda Sessão Ordinária

Às quinze horas do dia dezessete do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Léo Barbosa, secretariado pelos Senhores Deputados Ricardo Ayres, Primeiro-Secretário e Ivory de Lira, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocaninense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Eduardo Siqueira Campos, Elenil da Penha, Issam Saado, Ivory de Lira, Jorge Frederico, Léo

Barbosa, Olyntho Neto, Professor Junior Geo, Ricardo Ayres, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Cláudia Lelis, Luana Ribeiro, Valdezer Castelo Branco e Vanda Monteiro. Estavam ausentes os Senhores Deputados Amélio Cayres, Fabion Gomes, Jair Farias, Nilton Franco e Valdemar Júnior. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, com aquiescência do Plenário, transferiu a deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Projeto de Lei número 356/2021, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a Política Estadual de Proteção à Fauna Silvestre, e dá outras providências”; Projeto de Lei número 357/2021, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de a administração pública estadual divulgar em seu site institucional a localização de todos os radares de fiscalização, e os respectivos limites de velocidade”; Projeto de Lei número 359/2021, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “dispõe sobre a disponibilização em cada Delegacia Especializada em atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica, psicólogo e assistente social, em regime de plantão, e dá outras providências”; Projeto de Lei número 360/2021, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “altera a Lei número 3.377, de 26 de julho de 2018, que institui o cadastro para bloqueio do recebimento de ligações de telemarketing e dá outras providências”; e Projeto de Lei número 358/2021, de autoria do Senhor Deputado Fabion Gomes, que “declara de Utilidade Pública a Associação Desperta Buriti, com sede no Município de Buriti do Tocantins”. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Requerimentos que receberam os números 587 a 598. Logo após, o Senhor Presidente, de ofício, suspendeu a Sessão pelo prazo de até uma hora, reabrindo-a às deztoito horas e quinze minutos. Em seguida, assumiu a Presidência o Senhor Deputado Ivory de Lira. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à Ordem do Dia. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezessete horas e oito minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

9ª Legislatura, 3ª Sessão Legislativa

6 de abril de 2021

Ata da Vigésima Terceira Sessão Ordinária

Às nove horas do dia seis do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pelos Senhores Deputados Jair Farias, Primeiro-Secretário e Ivory de Lira, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Issam Saado, Ivory de Lira, Jair Farias, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Nilton Franco, Olyntho Neto, Professor Junior Geo, Ricardo Ayres, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Cláudia Lelis, Valdezer Castelo Branco e Vanda Monteiro. Estavam ausentes o Senhor Deputado Valdemar Júnior e a Senhora Deputada Luana Ribeiro. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu a Ata da Sessão anterior à apreciação do Plenário, a qual foi aprovada. Em seguida, foram lidos e despachados os

Expedientes: Mensagem número 20/2021, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando o Projeto de Lei número 4/2021, que “autoriza a concessão e demais espécies de parcerias público-privadas dos Terminais Rodoviários do Estado do Tocantins, e adota outras providências”; Mensagem número 17/2021, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 5, de 10 de março de 2021, que “altera a Lei número 3.617, de 18 de dezembro de 2019, e adota outras providências”; Mensagem número 18/2021, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando o Projeto de Lei número 2/2021, que “autoriza a concessão e demais espécies de parcerias público-privadas da Central de Abastecimentos de Hortifrutigranjeiros do Estado do Tocantins – Ceasa, e adota outras providências”; Mensagem número 19/2021, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “cria o Parque Agrotecnológico do Estado do Tocantins e autoriza a concessão e demais espécies de parcerias público-privadas, e adota outras providências”; Mensagem número 22/2021, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 6, de 31 de março de 2021, que “altera a Lei número 2.758, de 28 de agosto de 2013, e adota outras providências”; Projeto de Lei número 361/2021, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “dispõe sobre a inclusão no grupo prioritário de imunização contra o Covid-19 de categorias de trabalhadores essenciais não contemplados pelo atual Plano de Vacinação”; e Projeto de Resolução número 4/2021, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “altera o art. 71 da Resolução número 201, de 18 de setembro de 1997”. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números 363/2021, de autoria do Senhor Deputado Antonio Andrade; 364/2021, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo; 365, 366, 367, 368/2021, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa; e os Requerimentos que receberam os números 599 a 639. Logo após, foram aprovadas as urgências dos Requerimentos que receberam os números 599, 600, 601 e 602, de autoria do Senhor Deputado Jair Farias; 603, 604 e 605, de autoria do Senhor Deputado Amélio Cayres; 612, 613, 614 e 615, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo; 616, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa; 608, 611, 618, 619 e 620, de autoria da Senhora Deputada Cláudia Lelis; 617, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto; 606 e 607, de autoria do Senhor Deputado Antonio Andrade; e 598, de autoria do Senhor Deputado Antonio Andrade. No horário destinado às Comunicações, usaram a tribuna os Senhores Deputados Zé Roberto Lula, Ivory de Lira, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo e Elenil da Penha. Na deliberação da Ordem do Dia, foi anunciado em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 301/2020, de autoria do Senhor Deputado Ivory de Lira, que “dá nome a Escola Estadual Padrão de Tempo Integral de Araguaína-TO, no setor Maracanã”, o qual votado, foi aprovado e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafo. Foram anunciados, em segunda fase de discussão e votação, os Projetos de Decretos Legislativos números: 106/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “prorroga o prazo do Decreto número 266, de 22 de dezembro de 2020, que reconhece, para fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do Estado de Calamidade Pública no Município de Carrasco Bonito”; 107/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “prorroga o prazo do Decreto número 240, de 22 de junho de 2020, que reconhece, para fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do Estado de Calamidade Pública no Município de Ipueiras”; 108/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “prorroga o prazo do Decreto número 247, de 24 de junho de 2020, que reconhece, para fins do

art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do Estado de Calamidade Pública no Município de Mateiros”; 109/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “prorroga o prazo do Decreto número 225, de 21 de maio de 2020, que reconhece, para fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do Estado de Calamidade Pública no Município de Rio dos Bois”; 110/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “prorroga o prazo do Decreto número 191, de 29 de abril de 2020, que reconhece, para fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do Estado de Calamidade Pública no Município de São Miguel do Tocantins”; e 111/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “prorroga o prazo do Decreto número 193, de 29 de abril de 2020, que reconhece, para fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do Estado de Calamidade Pública no Município de Sítio Novo do Tocantins”; os quais votados, foram aprovados. O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, promulga os Decretos Legislativos números 281, 282, 283, 284, 285 e 286, respectivamente, de 6 de abril de 2021, e encaminha à Secretaria para comunicar a autoridade competente. Foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 585, 581, 582, 547, 557, 558, 578, 580, 574, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 565, 566, 567, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 235, 236, 237, 238 e 239, os quais votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às doze horas e vinte e dois minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

9ª Legislatura, 3ª Sessão Legislativa

6 de abril de 2021

Ata da Vigésima Quarta Sessão Ordinária

Às quinze horas do dia seis do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pela Senhora Deputada Valdevez Castelo Branco, Primeira-Secretária e pelo Senhor Deputado Zé Roberto, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocan-tinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Issam Saado, Ivory de Lira, Jair Farias, Jorge Frederico, Nilton Franco, Olyntho Neto, Professor Junior Geo, Ricardo Ayres, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Claudia Lelis, Luana Ribeiro e Valdevez Castelo Branco. Estavam ausentes os Senhores Deputados Eduardo Siqueira Campos, Léo Barbosa e a Senhora Deputada Vanda Monteiro. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, com aquiescência do Plenário transferiu a deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Ofícios oriundos da Secretaria Estadual da Saúde, em resposta a Requerimentos de autoria dos Senhores Deputados Antonio Andrade, Jorge Frederico e Léo Barbosa; Ofício oriundo do Instituto Natureza do Tocantins – Naturatins, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico; Ofício número 77/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Cachoeirinha, solicitando o reconhecimento, para os devidos fins do art. 55

da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, da ocorrência do Estado de Calamidade Pública; Ofício número 55/2021, oriundo da Prefeitura Municipal de Bernardo Sayão, solicitando o reconhecimento, para os devidos fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, da ocorrência do Estado de Calamidade Pública; Ofício número 33/2021, oriundo da Prefeitura Municipal de Divinópolis, solicitando o reconhecimento, para os devidos fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, da ocorrência do Estado de Calamidade Pública; Ofício oriundo da Polícia Militar, comunicando a suspensão de todos os atendimentos presenciais na Sede Administrativa da Polícia Militar do Estado do Tocantins, e adoção do atendimento externo por vídeo conferência; Ofício oriundo do Gabinete de Crise no Enfrentamento da Covid-19, da Secretaria Estadual da Saúde, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antonio Andrade; e Ofícios oriundos da Secretaria da Educação, Juventude e Esportes, em resposta a Requerimentos de autoria do Senhor Deputado Antonio Andrade e da Senhora Deputada Claudia Lelis. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Requerimentos que receberam os números 640 a 657. Logo após, foram transferidas as deliberações das matérias apresentadas na Sessão para a Sessão subsequente. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à Ordem do Dia. Em seguida, o Senhor Presidente, de ofício, suspendeu a Sessão pelo prazo de até cinco minutos, reabrindo-a às dezesseis horas e trinta e quatro minutos. Na deliberação da Ordem do Dia, foi anunciada, em turno único de discussão e votação, a Medida Provisória número 26/2021, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “prorroga o período de que trata o art. 9º da Lei número 3.718, de 12 de novembro de 2020, que dispõe sobre a cumulação de responsabilidades administrativas para os integrantes da carreira jurídica de delegado de polícia e das carreiras de agente de polícia, escrivão de polícia, agente de necrotomia, papiloscopista e perito oficial da Polícia Civil do Estado do Tocantins”, a qual votada, foi aprovada. O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins promulga a Lei número 3.782, de 6 de abril de 2021, e encaminhe-se à Secretaria para comunicar a autoridade competente. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei de Conversão número 362/2021, originário da Medida Provisória número 1/2021, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera a Lei número 3.421, de 8 de março de 2019, que dispõe sobre a organização da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual, e adota outras providências”, o qual votado, foi aprovado e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Decreto Legislativo números: 112/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do Estado de Calamidade Pública no Município de Guaraí”; e 113/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “prorroga o prazo da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2020, que reconhece, para fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do Estado de Calamidade Pública no Município de Gurupi”; os quais votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 603, 604, 605, 606, 607, 608, 611, 599, 600, 601, 602, 616, 617, 612, 613, 614, 615 e 598, os quais votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezesseis horas e cinquenta minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a

presente Ata, que aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

9ª Legislatura, 3ª Sessão Legislativa

7 de abril de 2021

Ata da Vigésima Quinta Sessão Ordinária

Às nove horas do dia sete do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pelos Senhores Deputados Jair Farias, Primeiro-Secretário e Ivory de Lira, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Eduardo Siqueira Campos, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Issam Saado, Ivory de Lira, Jair Farias, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Nilton Franco, Olyntho Neto, Professor Junior Geo, Ricardo Ayres, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Claudia Lelis, Luana Ribeiro, Valdez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu a Ata da Sessão anterior à apreciação do Plenário, a qual foi aprovada. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Projeto de Lei número 362/2021, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “regulamenta e dispõe sobre a Linha de Crédito Especial para dar apoio emergencial aos diversos segmentos de comércio e serviços, no âmbito do Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 364/2021, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “altera a Lei número 821, de 9 de fevereiro de 1996, que dispõe sobre a denominação de Logradouros, Obras, Estabelecimentos, Serviços e Monumentos Públicos e dá outras providências”; Projeto de Lei número 365/2021, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “dispõe sobre Programa Estadual de Incentivo à Implantação de Hortos Comunitários Medicinais destinados à plantação de mudas e cultivos de plantas medicinais em comunidades urbanas e rurais no Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 366/2021, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “institui, no âmbito do Estado do Tocantins, a criação do Programa Estadual de Assistência Móvel à Saúde, com medidas de combate à Covid-19”; Projeto de Lei número 368/2021, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “dispõe sobre as políticas de diagnóstico precoce e atendimento multiprofissional para pessoas com Transtorno Espectro Autista (TEA) no Estado do Tocantins”; Ofício número 36/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Couto Magalhães, solicitando o reconhecimento, para os devidos fins do at. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, da ocorrência do Estado de Calamidade Pública”; e Ofício número 34/2021, oriundo da Prefeitura Municipal de Cristalândia, solicitando o reconhecimento, para os devidos fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, da ocorrência do Estado de Calamidade Pública. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números 371/2021, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro; 372 e 377, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo; 374/2021, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa; 375/2021, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior; 376/2021, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico; e os Requerimentos que receberam os

números 658 a 689. Logo após, assumiu a Presidência o Senhor Deputado Léo Barbosa. Em seguida, o Senhor Presidente por falta de quórum, em Plenário, transferiu a deliberação das matérias apresentadas na Sessão para a Sessão subsequente. No horário destinado às Comunicações, usaram a tribuna os Senhores Deputados Jorge Frederico, Elenil da Penha, Professor Júnior Geo e a Senhora Deputada Valdez Castelo Branco. Na Ordem do Dia, o Senhor Presidente por falta de quórum, em Plenário, transferiu sua deliberação para a Sessão subsequente. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às onze horas e quarenta e nove minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

9ª Legislatura, 3ª Sessão Legislativa

7 de abril de 2021

Ata da Vigésima Sexta Sessão Ordinária

Às quinze horas do dia sete do mês de abril do ano de dois mil e vinte, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Valdemar Júnior, que, por falta de quórum, em Plenário, deixou de abrir a Sessão, transferindo a Ordem do Dia para a Sessão subsequente e convocou Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Estavam presentes os Senhores Deputados Amélio Cayres, Antonio Andrade, Cleiton Cardoso, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Issam Saado, Ivory de Lira, Jair Farias, Jorge Frederico, Nilton Franco, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Zé Roberto Lula e as Senhoras Deputadas Amália Santana, Claudia Lelis, Luana Ribeiro, Valdez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

Atos Administrativos

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.005/2021

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997, e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º DECLARAR ponto facultativo, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no dia 6 de setembro de 2021.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos servidores cujos serviços executados, por sua natureza, exijam plantão permanente.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 3 dias do mês de setembro de 2021.

Deputado ANTONIO ANDRADE

Presidente

DEPUTADOS DA 9ª LEGISLATURA

Amália Santana (PT)

Amélio Cayres (SD)

Antonio Andrade (PTB)

Claudia Lelis (PV)

Cleiton Cardoso (PTC)

Eduardo do Dertins (Cidadania)

Eduardo Siqueira Campos (DEM)

Elenil da Penha (MDB)

Fabion Gomes (PR)

Issam Saado (PV)

Ivory de Lira (PCdoB)

Jair Farias (MDB)

Jorge Frederico (MDB)

Léo Barbosa (SD)

Luana Ribeiro (PSDB)

Nilton Franco (MDB)

Olyntho Neto (PSDB)

Professor Júnior Geo (PROS)

Ricardo Ayres (PSB)

Valdemar Júnior (MDB)

Valderez Castelo Branco (PP)

Vanda Monteiro (PSL)

Vilmar de Oliveira (SD)

Zé Roberto Lula (PT)